Cidadania e Pobreza: uma oposição que não se realiza[1]

Fábio Faversani[2]

CIDADE E POBREZA: UMA DICOTOMIA?

Quando se coloca a idéia de cidade a par da noção de pobreza, um primeiro problema que nos parece valer a pena examinar é se há uma dicotomia entre cidade e pobreza ou não. Em outras palavras, a cidade marca, mesmo que a longo prazo, o fim da pobreza ou, pelo contrário, a cidade é o lugar onde se encontra a mais profunda pobreza em uma sociedade?

Sem dúvida, houve um largo investimento intelectual no sentido de apontar que a cidade (quer vista como estrutura física quer vista como "lugar" sociopolítico) seria a forma de eliminar a pobreza. Nesse sentido, foi possível que se construísse, no campo lingüístico, o parentesco entre cidade e civilização, por exemplo. Foi nessa perspectiva que os "hobbesianos", ou "iusnaturalistas", puderam construir a oposição entre **status naturae** e **societas civilis**.

No entanto, a realidade tem mostrado que a cidade, **locus** privilegiado do agir racional, economicamente ascética, não foi, ainda, capaz de eliminar a pobreza. Ao contrário, a cidade transformou-se no lugar onde se concentram os pobres. Criou-se um paradoxo. A cidade, que seria símbolo da civilização, guarda a fome, a violência... A cidade, que seria onde os homens se realizariam em sociedade, isola seus membros, coloca-os em solidão...

Os "iusnaturalistas", que, nos séculos anteriores à Revolução Industrial, sonhavam com a **societas civilis**, com o fim do **bellum omnes omnis**, com a morte do **homo homini lupus**, teriam ficado surpresos em saber que o "homem lobo do homem" tinha ido morar na cidade, onde se assistia à "guerra de todos contra todos".

Desse modo, não é de surpreender que Marx (e Hegel antes dele) tenha chamado de **bürgerliche Gesellschaft** o lugar dos conflitos entre os interesses dos indivíduos. A "sociedade civil" se transformou em arena de embates! É claro que se trata de um momento superável. A destruição da **bürgerliche Gesellschaft** marca, primordialmente, o fim da pobreza e o aniquilamento, a mais longo prazo, dos elementos superestruturais que a reproduzem, o fim do **politischer Staat**. Devemos admitir que o projeto marxista de eliminar a pobreza sofreu sério abalo. Restou o "sonhar acordado" social-democrata, para quem acredita nele, naturalmente... A democracia transforma-se em consenso. A pobreza volta a ter de esperar até amanhã para morrer... A cidade mantém-se como morada

do paradoxo de ser o lugar da vida civilizada e da vida subumana.

Apesar de tudo, então, parece inevitável a manutenção da convivência entre a pobreza e a cidade. Nesse sentido, parece-nos útil refletir sobre essa relação, sobre sua historicidade. Para isso pretendemos refletir sobre dois momentos bastante distintos: o primeiro nos remeterá à Antigüidade Clássica, mais especificamente à Roma dos tempos do Principado; o segundo nos traz ao Brasil dos últimos dez anos. Examinando a experiência vivida pelos antigos, apontaremos alguns elementos para reflexão acerca do mesmo paradoxo no Brasil recente.

QUE CIDADE? QUE POBREZA?

Para tomar a relação entre cidade e pobreza em dois momentos tão distintos, será necessário definir em linhas gerais o que entendemos por uma e outra coisa. O debate sobre o que é cidade, em nosso entendimento, pode ser divido em dois blocos de reflexão. O primeiro prioriza a compreensão da cidade enquanto estrutura política elevada. Assim o fazem os "aristotélicos", por exemplo. Os homens, partindo de uma organização sociopolítica primária, como a família, vão, segundo suas necessidades, criando níveis mais amplos e complexos de inter-relação. Assim, da união de várias famílias, teríamos uma fratria. Se algumas fratrias logram unir-se, temos uma tribo. E, com a união de diversas tribos, uma cidade. As cidades, conforme conquistam **status** políticos variados, podem lograr impor-se sobre outras cidades mais frágeis, tornando-se capitais regionais, ou nacionais, ou imperiais. Segundo esse entendimento, a idéia de cidade prescinde de um centro urbano, mas exige centro cívico, pois se constitui uma construção política antes de arquitetônica. Um centro urbano, nesse caso, é o local que abriga algo que lhe é superior: a identidade de pertença de várias unidades anteriores, que seguem existindo, que se unem numa mesma cidade.

Essa concepção, primordialmente sociopolítica, foi, sem dúvida alguma, hegemônica na Antigüidade Clássica. Trata-se de uma noção que privilegia a cidade como agregado de pessoas que se integram ao coletivo maior (cidade) pela pertença a coletivos menores (família, fratria, tribo, entre inúmeros outros). Essa noção esquemática da cidade enquanto ordenamento sócio-político admite inúmeras variáveis quanto aos processos que a originam e quanto à organização dos coletivos menores que tornam a integração do indivíduo no todo citadino algo bastante complexo.

A par dessa composição sociopolítica, é possível ter uma apreensão mais física, material mesmo, do que é uma cidade. Por esse meio, a cidade é um agregado de uma quantidade significativa de edifícios e equipamentos urbanos (ruas, praças, elementos de infra-estrutura, etc.). Assim, uma reunião diminuta desses elementos não concretizaria uma cidade, mas tão-somente uma aldeia ou vila. A idéia de cidade estaria reservada a lugares onde houvesse uma concentração de residências, locais de prestação de serviços, comércio e produção de bens significativa. Com o crescimento

acentuado de alguns centros urbanos, faz-se necessária a distinção entre cidades "simples" e as outras, que são também metrópoles ou megalópoles. Essa distinção impõe a noção de submissão ou dependência de algumas cidades a outras. Isso é especialmente claro para o caso do emprego do termo metrópole ("cidade-mãe" ou sede arquiepiscopal). No caso do entendimento mais físico da cidade, os indivíduos relacionam-se com ela fundamentalmente por meio do mercado e sua integração no todo citadino se dá, prioritariamente, sem intermediários coletivos, pela sua capacidade de inserção no mercado. Nesse mesmo sentido, inclui-se o próprio Estado, governos regionais e municipais. A sede desses aparelhos é um prestador de serviços com forte poder de intervenção no mercado, donde sua importância para a cidade que o abriga.

Cremos que uma boa alternativa para a compreensão da cidade seja a percepção da relação dialética que se cria entre as interações sociopolíticas e o espaço físico que as abriga. O espaço físico, desse modo, não é entendido apenas como local de realização das atividades humanas, mas também como registro dessas realizações, que, à medida que se cristalizam enquanto prática significativa, vão procurando gravar suas "marcas" no espaço construído, tendendo a ganhar perpetuidade.

Para tentarmos ser claros, detenhamo-nos nesse ponto. Nossa compreensão da cidade passa pela necessidade de explicitarmos que o espaço físico reflete as relações sociopolíticas que abriga. Ou seja, a concentração de renda cria a favela e o palacete; o sucesso dos banqueiros cria um centro financeiro, que ofuscará o centro comercial. Além de refletir, o espaço físico também emoldura essas relações, interferindo na sua dinâmica. Isso ocorre quando o único local para reunião do movimento de greve é o salão paroquial, ou quando a intensificação da ocupação elimina as áreas de lazer, as áreas de convivência. Mais do que interferir nas relações sociopolíticas, o espaço físico pode auxiliar na legitimação da generalização de interesses específicos. Isso ocorre, por exemplo, por meio da consolidação de "lugares nobres", de "marcos urbanos". O centro financeiro pode se impor, graças ao seu gigantismo e magnificência, como o espírito da cidade. Assim, seu crescimento faz-se símbolo. Sua manutenção representa causa de todos. Esses "marcos" do espaço urbano buscam, por meio de sua afirmação, fazer-se perpétuos. No limite, o interesse particular que se generaliza e se legitima perpetua-se. Pela imposição cada vez mais ampla de seus "marcos", alguns interesses tendem a tornar-se patrimônio de todos... Obviamente que essas conquistas de alguns colocam-se no também perpétuo jogo das relações sociopolíticas, em que sua efetiva perpetuidade é testada, podendo ser mantida imaculada, arranhada pela ação de pichadores, ou demolida pela vitória de uma perspectiva contra-hegemônica ou pela perda de sua validade simbólica.

Mas, para saber como a pobreza se impõe nesse universo, é preciso que nos perguntemos: que pobreza? Delimitar a pobreza não é algo simples. Para defini-la, é preciso saber quem é pobre. Aqui, inclusive, o problema parece-nos mais complexo, pois, se para a cidade temos um debate amplo, no caso da pobreza, temos

um emprego amplo do conceito, mas é raro que se explicite o que se entende por ele. As ciências humanas seguem repetindo há tempos o que já se lia em um romance do século I d.C.: Trimalchio: "Quid est pauper?" – "Urbane" inquit Agamemnon; et nescio quam controuersiam exposuit." (Sat. 48, 5)

As definições mais comuns para o pobre são negativas, fundadas em uma carência, em um "não-ser". O pobre, na sua definição, é, em geral, uma categoria não-fenomênica. O pobre é o carente, o que não tem o mínimo para viver. Tomando isso ao pé-da-letra, o pobre é defunto! Ah, dirão, mas não é bem assim... Então, como é? Note-se que o estudo da pobreza tem sido marcado por uma prática que vai da absoluta falta de rigor ao elitismo mais gritante. Tomemos exemplos. Para Iraci del Nero da Costa, era pobre no Brasil escravista quem não tinha um escravo sequer; para Laura de Mello e Souza, é desclassificado. Nas sociedades escravistas da Antigüidade Clássica, o pobre pode ser gentinha, como para Paul Veyne, ou escória, como quis Catherine Salles...

Quem, então, é pobre? Parece-nos muito difícil estabelecer uma noção absoluta sobre quem seja pobre no Brasil de hoje, bem como o é para Roma dos primeiros séculos de nossa era. Pobre é uma noção antes de tudo relativa. Alguém pode ser pobre do ponto de vista de um agente social, sendo inadmissível para um outro, colocado em ponto diverso da escala social, essa classificação. Faz parte do próprio jogo de manutenção da ordem social essa relatividade/permissividade do conceito de pobre.

Assim, uma empregada doméstica pode ser vista (e se ver) como pobre por seus patrões, que não se acham ricos, como ela crê que eles sejam. Mas ela pode não ser tomada como pobre por seus vizinhos. Ela é dona de sua casa; seu marido é trabalhador, não tem vícios; seus filhos estão criados, casados, ajudam os pais.. Some-se a isso que à noção de pobre se juntam tanto pechas como a de faminto, infeliz e, no limite, nascedouro da marginalidade, quanto uma aura de "santidade", de afastamento dos vícios dos ricos: avareza, cobiça, corrupção, falta de "amor ao próximo", etc. Essa compreensão confusa do universo da pobreza deve-se à relação ambígua das culturas hegemônicas com a pobreza, que a combate e a cria; deve-se à criação de culturas contra-hegemônicas vindas dos ambientes sociais desprivilegiados que a um tempo desejam aniquilar a pobreza e se orgulham dela. Daí frases paradoxais como: "Eu sou pobre, mas lá em casa não falta o que comer"; "é uma pessoa simples, mas é honesta e esforçada"; frases que a um tempo incorporam e negam noções correntes sobre a pobreza, sem, em geral, combatê-las por sua possível impropriedade. A pobreza é, assim, uma noção complexa, que se relaciona com as políticas de controle social, que criam uma taxonomia cuja historicidade é riquíssima. Há os pobres inválidos, há os falsos mendigos; há os pobres trabalhadores, há os vagabundos; há os doentes, há os bêbados. Há a **plebs sordida**, há os **pauperes Christi**, há o exército nacional de reserva...

Esperamos, com isso, ter demonstrado que a questão da pobreza é mais rica e mais complexa do que em geral têm querido fazer parecer alguns estudiosos.

Gostaríamos de expor brevemente as bases

em que se têm sustentado as nossas reflexões. No estágio atual de nossas pesquisas, definimos pobre como aquele que, em relação a outrem, se vê inferiorizado por este na inserção relativa e livre de limites jurídicos absolutizadores dessa inserção (escravidão) nos mecanismos de afirmação social.

Detenhamo-nos nesse ponto para que ele fique claro. Há, obviamente, uma historicidade dos padrões de afirmação social. Hoje há uma dominância inaudita das relações de mercado nesses padrões de afirmação social. A capacidade de o agente inserir-se bem nesse mercado, captando recursos, e podendo, assim, sustentar uma prática ativa de consumo, praticamente garante seu posicionamento social. Estamos no mundo das liberdades individuais, da igualdade jurídica perante a lei. Mas, no Mundo Antigo, por exemplo, a situação é muito mais complexa. Ainda que a relação com o mercado seja um dado relevante, há outros cuja importância não é menor, como: o **status** jurídico, a tradição familiar, a carreira pública, a erudição, as relações que se estabelecem com outros indivíduos, a inserção em coletivos (**collegia**, **augustales**, exército, etc.).

Dessa complexidade surgiu um debate que se tem ampliado cada vez mais entre os classicistas sobre a propriedade de se utilizarem conceitos como classe ou estamento, criados para compreender sociedades capitalistas, para o Mundo Antigo. Ao mesmo tempo, tem sido vista, de forma cada vez mais generalizada, a reapropriação das taxonomias sociais criadas pelos próprios antigos para suas sociedades. Além de serem limitadoras da análise social, quando se prestam à descrição, tendem a reafirmar e perpetuar a visão que as elites antigas tinham de seu universo social.

Nossa perspectiva de classificação e análise social tem procurado avançar em um caminho que tem sido aberto por alguns historiadores que se colocam o desafio de compreender, de forma mais crítica e abrangente, as sociedades antigas.

A sociedade romana foi pensada, pela maior parte dos estudiosos, ao menos até a década de 1960, tomando como elemento determinante da divisão social as categorias jurídico-estatutárias dos agentes. Assim, no período do Principado, teríamos, fundamentalmente, ordens (que foram tomadas por alguns autores como classes sociais, por outros como estamentos): senadores, eqüestres, **ingenui** (ou **plebs**, às vezes subdividida em urbana e **rústica**), libertos, escravos, **peregrini** e, se se privilegiam os centros urbanos, os decuriões. Essa perspectiva de associar extratos jurídicos às camadas sociais veio sendo criticada em estudos de abrangência variada, culminando numa brilhante crítica promovida por Sir Moses Finley, que demonstrou a incongruência desse modelo historiográfico abstrato com as provas documentais disponíveis e, em especial, a limitação de suas bases conceituais, principalmente a aplicação de noções como classe e ordem à sociedade romana, em que a dinâmica social não as admitiria.

Foi no sentido destas críticas que surgiram revisões como a de Alföldy, que desenhou para os setores subalternos uma divisão verticalizada, opondo setores urbanos aos rurais e colocando lado a lado escravos,

livres e libertos. Esse resultado foi possível quando se deu um peso devido a variáveis de caráter extrajurídico, como a riqueza, o prestígio, o **status**, as relações políticas entre os agentes, etc. No entanto, sua análise confere um peso acentuado às elites, impondo uma incompreensão razoável dos setores subalternos.

Essa deficiência do estudo de Alföldy parece -nos superável, se mudarmos o eixo de apreensão da sociedade, tomando as relações diretas de poder como elemento primário de análise. Esse conceito foi discutido por Garnsey e Saller que classificaram aquelas relações de poder segundo três categorias básicas de interação social: a) entre amigos; b) entre protetor e **protégé**; c) entre patrono e cliente.

Nesse sentido, nossa pesquisa tem procurado ampliar a discussão teórica levada a cabo por Garnsey e Saller, incluindo outras modalidades de relações de poder (patrono e liberto, por exemplo), construindo redes de poder, em vez de apenas relações binomiais. Procuramos, assim, atingir um espectro mais amplo e verificar seus limites. A partir dessa análise, pretendemos reconstruir a sociedade romana com um peso considerável para os setores subalternos, que são os de mais difícil apreensão pela historiografia.

No primeiro momento de nossa pesquisa, aplicamos tal modelo a uma obra literária, o *Satyricon*, de Petrônio, romance escrito no século I d. C. Cremos que o resultado não é desalentador, mas exige um aprofundamento das reflexões que o sustentam.

Cidade e pobreza x relações políticas: a cidade romana

É nessa cidade que definimos que pretendemos agora examinar a relação entre a pobreza e a cidade romana do Principado para, a partir daí, tecer comentários acerca da cidade brasileira dos últimos dez anos.

Sem dúvida, uma imagem forte que temos de Roma, a cidade eterna, é aquela de grandeza: de homens poderosos, de edifícios monumentais... Essa imagem da Roma **caput mundi** forma-se em nossas mentes por meio de diversas fontes: as ruínas de Roma, as megaproduções cinematográficas, as aulas do ensino básico... Essa imagem comporta, além da riqueza, também a pobreza, que se tornou proverbial não por si mesma, mas pelo controle que os grandes homens exerceram sobre ela. O "gênio prático" romano teria sabido domar a chaga da pobreza com a simplicidade dos grandes. **Panem et circenses**: encher a barriga e ocupar o tempo dos pobres, garantindo que eles não atrapalhassem os planos grandiosos de sua elite. A pobreza é vista, assim, como algo controlado em duplo sentido: político e humanitário.

Essa reconstrução, vulgarizada largamente ao longo de séculos, no entanto, esbarra na impossibilidade de ser demonstrada, ainda que tenha formado entre os especialistas uma espécie de estado de ânimo preconceituoso contra os livres pobres, que faz com que os estudos sobre esta parcela da sociedade romana esteja, em nossa opinião, ainda por fazer praticamente como um todo. Aqueles que caíram na dura sina de descobrir que São Paulo tinha razão quando dizia "Quem não trabalha não terá o que comer" têm parecido irrelevantes à maior parte da

historiografia, seguindo-se a pressuposição de Badian de que "o estudo da República Romana – e, em grande parte, também do Império – não é, basicamente o estudo de suas massas; nem tampouco o das grandes personalidades: é substancialmente o estudo de suas classes dominantes".

Hoje aparece como algo indiscutível que a população livre pobre fosse obrigada a encontrar mecanismos de sobrevivência, como o apóstolo já dizia, inserindo-se no universo social como elementos economicamente ativos e não meros subsistentes, parasitas dos favores do Estado Imperial e de uma elite abastada.

Segundo Alföldy, "Suas condições de vida eram muitas vezes miseráveis, as condições de trabalho com freqüência muito ingratas, a alimentação e o vestido insuficientes em muitos casos, e sua renda, em geral, muito baixa".

Mas alguém tinha de ser alimentado pelo Estado para fundar essa idéia. Quem era "alimentado" pelo Estado? Apenas quem recebia um benefício, que era concedido, apenas na capital, somente aos cidadãos romanos – seja ricos ou pobres –, conhecido pelo nome de **frumentatio**. Consistia na distribuição regular de algum trigo (aproximadamente 21 litros) e oferta esporádica de quantidade variável de dinheiro por ocasião de comemorações, em especial de vitórias militares. Além de o trigo ser insuficiente para alimentar uma família, ele era dado – se muito – a 0,5% da população total do Império. E isso era todo o "pão" que o Estado dava ao povo, já que podemos considerar desprezíveis os **alimenta** de Trajano/Adriano por terem se reduzido a um espaço de tempo e a uma escala ainda muito menos significativos.

Bem, assim vemos que o Estado não tinha de se preocupar tanto em preencher o tempo dos pobres de Roma, que, afinal, tinham de arranjar sua dura sobrevivência. Tanto é assim que, se a plebe vivesse sempre a fazer nada, dirigindo-se com constância aos espetáculos, teríamos na capital – Roma – centro aglutinador da elite, um sério problema de superlotação. A população da cidade era quatro vezes maior do que a capacidade dos dois maiores espaços de espetáculo juntos. Senão vejamos, o **Circus Maximus** abrigava 200.000 pessoas e o **Coliseum** apenas 50.000, enquanto a população de Roma era de aproximadamente um milhão de pessoas. Desse modo, ainda que os espetáculos fossem permanentes – e não o eram – matemática e fisicamente seria impossível que a plebe passasse todo, ou sequer a maior parte, do tempo no Circo. Note-se que não temos notícia de nenhum caso de superpopulação nos jogos, nem mesmo quando ocorreram os mais grandiosos deles.

Assim, os pobres tinham de arranjar alguma fonte de recursos para possibilitar sua sobrevivência. Para isso. foram bem pouco originais em relação aos nossos pobres. A maioria trabalhava e alguns adotavam fórmulas menos convencionais, como roubar ou se prostituir. Havia ainda aqueles que sem poder criar seus filhos, vendiam-nos como escravos, conseguindo recursos para sobreviver, ou abandonavam na periferia da cidade para serem devorados por feras ou recolhidos por pessoas que os vendiam como escravos. Os pobres não

levavam, como se vê, exatamente o que se pode chamar de uma vida fácil... A idéia, portanto, de que o povo sob o Império Romano vivia ocioso e não trabalhava, que os pobres viviam bem alimentados e entretidos à custa do erário público é uma crassa inverdade, criada por pessoas que quiseram que ela correspondesse à realidade. Difícil de acreditar? Não está longe do que – se pensarmos bem – crer que atualmente o salário mínimo já está alto demais e que, se ele aumentar mais, a inflação vai explodir... Além de todas as dificuldades de sobrevivência, as portas da ascensão social pareciam estar muitíssimo mais fechadas aos livres do que aos escravos/libertos: tenha-se em vista que as fontes apresentam inúmeras trajetórias de ascensão para elementos de origem escrava, sendo quase inexistentes referências assemelhadas no que concerne aos livres. Para analisarmos a pobreza em sua relação com a cidade de Roma é preciso, portanto, tomá-la de forma diversa do que tem sido feito até aqui. O curioso é que, no Mundo Antigo, a pobreza era algo que ninguém pensava poder extirpar. Não havia quem planejasse acabar com a pobreza, do mesmo modo que ninguém imaginava abolir a escravidão. Esses são sonhos modernos. Para os antigos, importava controlar os pobres, como também era fundamental dominar os escravos.

A nosso ver, a relação cidade-pobreza foi muito mais rica do que essa que apresenta a historiografia. Em primeiro lugar, Roma encerrava dentro de si áreas cuja vivacidade apenas podemos imaginar e que eram território de controle dos pobres. As perigosas ruas do Subura, bairro onde se praticava o baixo meretrício; as tavernas e os albergues, onde pessoas de bem não deveriam ser vistas, são ambientes de que as fontes produzidas pelas elites falam pouco, mas temos alguns documentos que permitem entrever sua vivacidade.

Porém, para além desses espaços em que vigoravam as regras de convívio social criadas pelos pobres de forma quase exclusiva – lugares onde as leis não eram cumpridas (onde se jogavam dados), lugares que tinham a fama de ocultar bandidos, lugares extremamente alegres – temos de destacar aqui o espaço do circo, do teatro, onde habitava a **plebs sordida**, como a chamou Tácito. Nesses ambientes encontravam-se os pobres e os grandes homens. Era comum que o Imperador mesmo assistisse aos espetáculos, bem como acontecia com os demais membros da elite, que, afinal, financiavam os jogos. Eram os ricos também que financiava as obras públicas: termas, monumentos, teatros, etc. Também os ricos custeavam banquetes públicos, além de **collegia,** que garantiam, entre outras coisas, o enterramento de indivíduos que não o pudessem fazer com seus próprios recursos. Era o evergetismo. Os ricos estavam obrigados a propiciar benefício público com o seu dinheiro. Essa política de redistribuição, como vimos, não era suficiente, nem de perto, para propiciar "vida mansa" a todos, como quiseram alguns. Mas era um marco importante nas relações sociais. Por um lado, selava um compromisso que interessava às elites, pois ficava claro que nada era dado de graça. Tudo entrava no princípio moral **do ut des**. Por outro, garantia aos pobres partilhar um momento de

magnificência, de riqueza, e, ainda, criar um espaço onde as insatisfações se manifestavam, onde era medida a força e a estabilidade das elites. O imperador Tibério, por exemplo, ouviu as reclamações de milhares de pessoas por diversas vezes por causa do aumento do preço dos grãos, em 32 d. C. Os pronunciamentos da massa eram um termômetro do clima social. Os imperadores solicitavam aos governadores das províncias que informassem de imediato manifestações de descontentamento no Circo. A manifestação, coletiva tanto em Roma quanto nos outros **municipia** era coisa rotineira e tanto a elite quanto os pobres desejavam que fosse assim. A elite podia conhecer a insatisfação dos pobres e controlá-la e os pobres podiam manifestá-la e saber que foram ouvidos. Garantia-se o que os cientistas políticos chamariam hoje de equilíbrio de **input/output**.

Desse modo, não é de estranhar que se impunha no desenho das cidades antigas espaços que propiciassem a manifestação pública. Circo, teatro, praça, templo, mercado, pórticos, entre outros são equipamentos fundamentais até mesmo sobre a égide do poderoso imperador, quando a manifestação pública (ovações ou críticas) era rotineira. A impressão que temos é de que o silêncio dos pobres seria insuportável às elites romanas, que não saberiam o que eles estavam pensando. Já que, ao que parece, os ricos da Antigüidade parecem ter antecipado um filósofo, que certa feita escreveu: "Pensem sobre o que queiram e até onde queiram, mas obedeçam"! As longas conquistas dos pobres, em especial a condição de cidadão e a tradição organizativa das sociedades antigas, que se organizavam em coletivos sociopolíticos que propiciavam e incentivavam a identificação dos diversos agentes sua ação coletiva e o controle dela, mantêm-se com um peso que só séculos puderam destruir. A cidade antiga é reflexo do equilíbrio dinâmico que ricos e pobres encontravam por meio de um processo de luta contínua.

CONCLUSÃO: IMPRESSÕES ACERCA DA RELAÇÃO CIDADE E POBREZA NO BRASIL RECENTE

No Brasil, esse tipo de relação de dominação por meio dessas redes vincula-se, de algum modo, a formas tradicionais de controle, ligadas à prática do coronelismo, por exemplo, ainda que com características muito particulares por se desenvolver dentro da égide de um sistema capitalista internacional – e voltado para ele – em um ambiente sempre periférico das redes de dominação (quando não subperiférico), o que o faz híbrido e, portanto, diverso. Predominam amplamente mecanismos de relação social e de dominação diferentes daqueles que se conheceu como fundamentais em Roma. Os homens, fundamentalmente, enquanto indivíduos, relacionam-se por meio do mercado, para ele produzindo, nele consumindo, procurando nele intervir para melhorar suas condições de inserção social. Predominam relações concorrenciais entre os agentes que nesse embate mediado pelo mercado se colocam em posições mais ou menos elevadas, que são medidas pelo próprio mercado. A pobreza é

passível de extermínio pela expansão do mercado: crescimento do mercado de trabalho, crescimento do mercado de consumo. Enquanto o mercado não cresce, cabe aos indivíduos, enquanto indivíduos, escaparem por si da pobreza inserindo-se no mercado que existe. Quer arrumando emprego, quer se qualificando enquanto mão-de-obra, quer economizando para comprar, quer fazendo controle familiar... é preciso escapar à pobreza e é possível escapar a ela com força de vontade, com esforço individual. Segundo esta lógica, bastante difundida e não menos que cruel, os pobres são aqueles menos capacitados, menos capazes e, no limite, menos merecedores de uma vida digna.

Essa forma de relação e controle social acaba por criar uma situação em que o homem se vê como agente social perante abstrações mais que perante outros homens. Cria-se, por esse meio, uma cidade onde o espaço privado ocupa o centro da vida urbana. É o seu incremento um objetivo de todos, para criar empregos, para atrair investimentos, para fazer crescer a cidade. Nessa cidade, a manifestação coletiva é sinal de crise. Ainda que possa ser vista como positiva em situações críticas, é intolerável enquanto prática rotineira.

O caso do Brasil dos últimos dez anos parece ser exemplar. Os movimentos populares têm intervindo de forma decisiva nos rumos do país, quando dentro desses limites. A campanha das diretas (1984) e do **impeachment** (1992), enquanto movimentos nacionais, incorporando um espectro social amplo, garantiram transformações importantes, por mais que se possam encontrar limites em ambos os processos. Com um outro caráter, as grandes campanhas de greve que vêm desde 1978, passando pelas tentativas de greves gerais (fracassadas) e de campanhas salariais unificadas de meados da década passada, que conseguiram algumas vitórias, além das lutas contra o peleguismo por meio do fortalecimento das oposições sindicais que tinham como uma bandeira a organização pela base, garantiram transformações significativas na relação trabalho-capital e representantes-representados nos sindicatos. Do mesmo modo, as organizações populares de bairros obtiveram conquistas. Outro exemplo, entre inúmeros que poderíamos dar, é o processo de ocupação de terras e a luta pela reforma agrária. Todos esses movimentos surgiram em oposição à ditadura e procuraram se fortalecer com a sua derrubada. Era idéia corrente que, com o fim da repressão, as organizações da sociedade civil se fortaleceriam e se conseguiria tomar o poder pela via institucional, ou, para alguns poucos, por meio da crescente tomada de consciência, pela revolução.

No entanto, a cidade que começou a assistir a um movimento de consolidação da democracia colocou uma realidade bastante diversa. Os grupos mais engajados com esses movimentos não obtiveram o que pensavam. Houve, inclusive, em alguns aspectos, refluxo mesmo nessas organizações. Exemplifico com as organizações populares de bairros e com as comissões de fábrica. O que aconteceu? O sonho de que haveria um incremento do exercício da cidadania obviamente saiu vitorioso, se temos como padrão o que tínhamos antes. Mas, se pensarmos que, dez anos depois da campanha das diretas, os

problemas fulcrais do país não só não se resolveram, como estão mais agudos; que, em relação ao que se esperava em termos de fortalecimento da ação cívica, o que temos é uma pálida imagem; então veremos como há muito para compreender e para fazer.

Parece que um aspecto importante desse processo que deve ser ressaltado é que a relação entre cidade e pobreza propicia explicar uma parte desse paradoxo. A luta contra a ditadura criou espaços de representação, espaços institucionais novos, novas forças políticas. Nesse quadro a pobreza é um problema a resolver, não ocupa um espaço de manifestação, porque acabará. Os indivíduos têm organizações que atuam junto ao mercado na defesa de seus interesses e os controladores dessas organizações parecem ter seu maior interesse na sua automanutenção. Os indivíduos, quando têm um interesse que desejam ver defendido, manifestam-se, dirigindo-se a um prédio, onde fazem sua queixa ou, silenciosa e secretamente, por meio das urnas, remanejando seus representantes.

O jogo democrático criou grupos que se digladiam pelo controle desses espaços. Cabe aos indivíduos representados nesses espaços, apenas enquanto indivíduos, escolher, via eleições, os melhores de seus membros para representá-los. Não há porque haver, como em Roma, espaços permanentes de manifestação coletiva. O contraste fica claro quando percebemos que o que hoje chamamos de democracia era visto por Aristóteles como uma forma aristocrática de poder! Os processos seletivos pelo voto são aristocráticos, pois por meio deles escolhemos os melhores, os **aristói**. Inventa-se a aristocracia eletiva na medida em que as instituições de representação exigem um saber técnico que não é controlado por todos. Os representados já não sabem mais como seus interesses podem ser implementados e precisam de pessoas, os representantes, que lhes digam como fazê-lo.

A alternativa é a passividade, o indivíduo se coloca-se frente ao mercado como indivíduo e tenta lutar para resolver seus problemas. Quando se manifesta coletivamente é um sinal preocupante porque esse papel deveria ser exercido por outrem, pelo representante, que deveria assumir o papel da ação coletiva. Onde tem fim o espaço da manifestação pública, expandem-se os espaços privados que abrigam os indivíduos. A cidade brasileira regula conflitos coletivos em prédios: indústrias, parlamentos, sindicatos, delegacias de polícia. ■

Bibliografia

ALFÖLDY, G. **História social de Roma**. Lisboa: Presença, 1989.

BADIAN, E. **Roman imperialism in the late Republic.** New York: Itaha, 1968.

BRUNT, P. A. La plebe romana. In: FINLEY, M.I. (org.) **Estudios sobre Historia Antigua.** Madrid: Akal, 1981. pp. 87-118.

FAVERSANI, F. Cultura popular e classicismo. **LPH: Revista de História**, nº 4. Mariana, 1994. p. 26-35.

_____. As relações diretas de poder enquanto instrumento analítico para a compreensão da pobreza no Satyricon de Petrônio. **História Revista**, 1, Goiânia, 1996, p. 43-70

_____. **A pobreza no Satyricon de Petrônio**. São Paulo: FFLCH-USP, 1995. (Dissertação de Mestrado – História Econômica).

FAVERSANI, F. Trimalchio, classe e estamento. **Revista de História**, 134, São Paulo, 1996, p. 7-18.
FINLEY, M.I. **Economia e sociedade na Grécia Antiga**. São Paulo: Martins Fontes, 1988.
_____. **A economia antiga**. Porto: Afrontamento, 1986.
FUNARI, P. P. A. **Cultura popular na Antigüidade Clássica**. São Paulo: Contexto, 1989.
GARNSEY, P. & SALLER, R. **The Roman Empire**: economy, society and culture. London: Duckworth, 1987.
PETIT, P. **A Paz Romana**. São Paulo: EDUSP/ Pioneira, 1989.
ROSTOVTZEFF, M. **Historial social y económica del Imperio Romano**. 2 vols. Madrid: Espasa-Calpe, 1964.

Notas

1 Conferência proferida na Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB), **campus** de Vitória da Conquista, em 18 de outubro de 1994, como atividade do encontro "Cidade e Cidadania".
2 Professor de História Antiga da Universidade Federal de Ouro Preto (UFOP)